

MODERNIZAÇÃO E CONTRADIÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS. CENTRALIDADES E PERIFERIAS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO. TRÊS MOMENTOS, UM PERCURSO: ALDEAMENTOS INDÍGENAS, INDUSTRIALIZAÇÃO E PERIFERIA URBANA

Anselmo Alfredo¹

Ana Cristina Mota Silva²

INTRODUÇÃO

A pesquisa de campo (ver mapa 1 a seguir) teve como proposta um percurso de três diferentes lugares na metrópole de São Paulo³. Embora tenhamos tratado de momentos temporalmente distintos da modernização de São Paulo, a perspectiva esteve muito mais assentada na expectativa de compreender a forma pela qual o fundamento de uma sociedade determinada pelos nexos da mercadoria determinava diferentemente no tempo e no espaço aquilo que se constituía como centralidade e periferia. Desta maneira, se o campo, em primeiro lugar, no aldeamento de *Carapicuíba*, seguido de uma visita à vila operária de *Maria Zélia*, no Brás e, por último, a um bairro da periferia, na zona Norte de São Paulo, *Jardim*

¹ Prof. Dr. do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

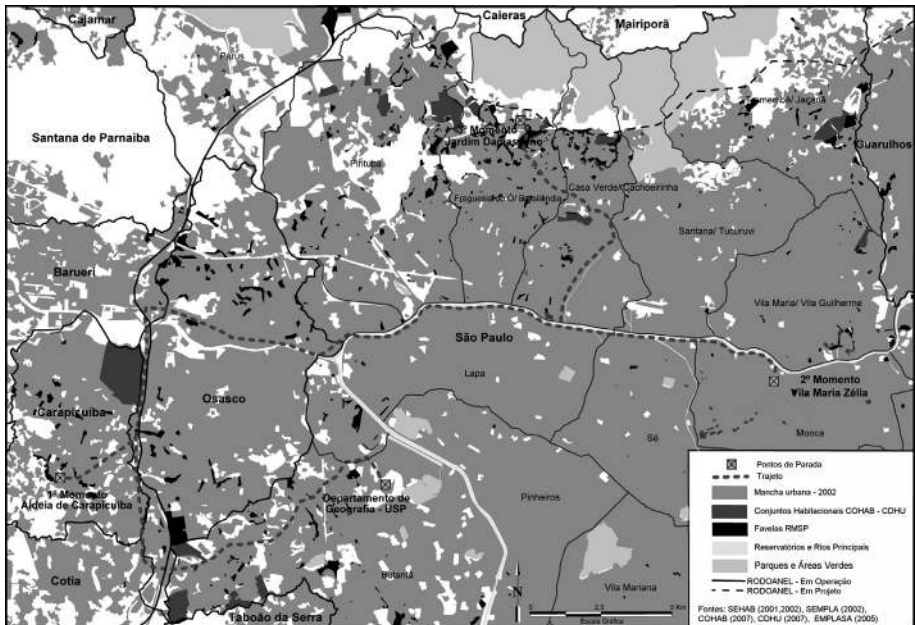
² Pós-Doutoranda do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

³ Aqui é necessário destacar a contribuição definitiva para esta pesquisa de campo de Rinaldo Gomes Pinho, Renato Fujicava e Fábio Teixeira Pitta.

Damasceno, apresenta-se como uma sequência temporalmente linear (colônia, industrialização e crise do trabalho); do ponto de vista da apresentação dos mesmos, buscou-se compreender as determinações da simultaneidade que cada um continha como fundamento da produção espacial desta sociedade.

Num primeiro e importante sentido, observou-se o próprio trabalho, produtor de uma riqueza abstrata (guardadas as suas diferenças qualitativas em cada momento), como aquilo que estabelece não só uma unidade entre as diferenças, todavia, como algo que se põe como simultaneidade analítica dos distintos momentos da modernização brasileira, através de São Paulo. Não obstante isto, mas a partir disto, buscou-se estabelecer uma compreensão de que o próprio trabalho como categoria fundante da modernização se faz não somente diferenciando-se de si mesmo, num processo que o redefine no contexto social em que se encontra, mas também especialmente, se efetiva de modo estritamente particular numa modernização periférica, como a brasileira. Desta maneira, os aldeamentos indígenas (*Aldeia de Carapicuíba*), uma vila operária (*Maria Zélia*) e a periferia de São Paulo (*Jardim Damasceno*), na zona norte de São Paulo, evidenciam uma auto-diferenciação não só do trabalho, mas da própria centralidade social deste oriunda. Observar isto se pôs como o objetivo primordial da pesquisa de campo.

Mapa 1 - Percurso do Trabalho de Campo: Centralidade e Periferias na cidade de São Paulo



Organizador: *Rinaldo Gomes Pinho, 2008.*

URBANO, AGRÁRIO E SIMULTANEIDADE DOS ALDEAMENTOS PAULISTAS: PRIMEIRO MOMENTO

A presença dos aldeamentos indígenas refere-se à centralidade estabelecida como momento de conquista do sertão demandada pela racionalidade do lucro comercial no qual a própria produção do trabalho, elemento de valorização, estabelece-se como centralidade da realidade propriamente paulista. Deste ponto de vista, a presença dos aldeamentos congrega ao menos dois elementos que lhe dão, em verdade, o seu próprio sentido. Busca estabelecer uma destribalização das terras, através da redução indígena, para a sua ocupação produtiva e agrária, ao

mesmo tempo em que isto efetivaria a constituição de uma mão de obra disponível para a produção tanto de mercadorias como de um espaço mercantil na e da colônia.

Neste momento, destaque-se, portanto, que se é a busca da formação de um trabalho produtivo que define o sentido dos aldeamentos, até pelo menos o final do século XVII, é justamente nestes que se efetiva a centralidade da sociedade colonial então posta. Não só as determinações da câmara da vila de São Paulo, das leis régias sobre os indígenas aldeados e do sertão, mas a definitiva presença dos moradores em áreas externas à vila (ocupada só em dias festivos ou nos domingos), sob a proteção dos aldeamentos e necessidade da mão de obra estabelece⁴, em verdade, os sentidos específicos desta sociedade com sua determinação agrária. Deste modo, a vila, com sua condição administrativa, punha-se, em verdade, como a periferia deste momento da modernização da colônia.

Tratou-se, em verdade, de uma característica marcante da modernização brasileira, que estabelece o processo social determinado por uma lógica já estabelecida no âmbito da realidade mundial. Portanto, a lógica da acumulação se antecipa a uma realidade cujo processo é a constituição das categorias que tornem efetiva a própria antecipação lógico conceitual. A violência da efetividade da modernização é uma maneira de expressar - na forma do genocídio que a ocupação portuguesa aqui se deu - as determinações de uma simultaneidade específica e periférica. A arrematamento indígena, portanto, foi a forma caracteristicamente tardia de efetivar um processo de valorização que assim não se permitiu enquanto tal.

Foi possível, portanto, observar como que a própria distribuição espacial quadrangular dos aldeamentos estava

⁴ Pasquale Petrone (1995) oferece uma análise onde uma série de trabalhos realizados pelos indígenas é desvendada. Dentre tantos, observa-se o indígena como meio de transporte de cargas comerciais do planalto paulista até o porto de Santos.

relacionada a uma forma distinta da realidade tribal propriamente, em sua forma circular. Ou seja, nesta última tem-se um espaço em que, na reunião dos elementos de constituição e reprodução do indígena, a morfologia espacial produzida através da circularidade expressava a não separação entre o produzir e o reproduzir. Destaca-se, portanto, uma redução/separação cujo sentido era adequar o indígena às necessidades de trabalho de modo que os aldeamentos observavam-se como momento instituidor de uma divisão social do trabalho (efetivada preliminarmente) necessária para a adequação do gentio à produção de mercadorias ou de seus pressupostos a serem inseridas no comércio intracolônial ou entre metrópole e colônia. Desta maneira, a redução indígena foi também uma separação de sua unidade tribal seguindo os pressupostos de uma divisão entre o pensar e o fazer que se efetivava pela mediação da catequese jesuítica. Tratou-se de uma divisão estabelecida pela separação entre aquilo que passou a ser objeto da própria legislação indígena do período, isto é, a divisão entre o *temporal* (atividades produtivas, ou, em outras palavras, a exploração da mão de obra mesmo) e o *espiritual*⁵ (a formação religiosa do indígena que nada mais era do que a busca de constituição de um ethos do trabalho, de modo que o gentio incorporasse sua exploração como aquilo que o dignificava enquanto “humanidade”, certamente na medida em que esta era já o sentido da atividade produtiva propriamente, portanto possível de ser pensada no invólucro da mercadoria). O *espiritual*, portanto, foi a pretensão de estabelecer uma sacralização no indígena de sua própria exploração, a centralidade da igreja em tais aldeamentos não nos impede disto observar. O interior dos aldeamentos - particularmente daqueles sob a direção jesuítica - era, portanto, uma efetividade urbana - da divisão e separação entre o pensar e o fazer, mas cuja determinação foi estabelecer uma realidade produtivamente agrária. Urbana por esta separação

⁵ Esta discussão pode ser bem observada em Anselmo Alfredo (2004).

que se constituía através de uma profissionalização do gentio. Neste espaço, que expressava os elementos desta separação, realizavam-se as mais diferentes profissões como alfaiate, artesão, marceneiro, louceira, músico, mas também a profissão de agricultor, expressão de uma divisão do trabalho necessária para uma sociedade já determinada pelos nexos da forma valor.

Se tal exploração se deu pela necessidade de inserir um montante de trabalho já definido pelo comércio mundial, esta realidade universal, justamente, se contradiz àquilo que lhe seria complementar. Trata-se, nesta antecipação conceitual, da restrição temporal de formação. As pugnas entre colonos e jesuítas pela disputa desta mão de obra revelavam o quanto o *tempo* de formação do gentio como objeto de exploração do trabalho não se estabeleceu como dimensão determinante dos fenômenos da modernização então colocados. A definitiva sobredeterminação do lucro comercial já posto como realidade que se mundializava não permitiu fazer do indígena um pressuposto, enquanto mão de obra, de sua própria reprodução. As exigências do *temporal* foram de tal maneira que a própria eliminação física do indígena chegou a ser, contraditoriamente, uma condição da própria ocupação produtiva do Planalto Paulista⁶.

A determinação dos aldeamentos, portanto, ao longo do século XVIII já se apresentava como sua própria realização. Ou seja, a desocupação das terras, agora ocupadas pelos numerosos conflitos judiciais e não judiciais entre os posseiros, a disputa judicial de limites dos termos das vilas pelas câmaras municipais, evidenciavam não só a efetividade dos aldeamentos como esta destribalização, momento da propriedade da terra, mas também especialmente, a efetividade de uma realidade agrária produtiva posta por uma racionalidade urbana que se fazia como aldeamentos indígenas. Como podemos observar:

⁶ As guerras de arrasamento como as do Tibagi, a partir do séc. XVIII, foram importantes como características das novas formas de relacionamento para com o gentio da civilização europeia (ALFREDO, 2004).

Diz Manuel Joaqm, Xer. de Toledo Piza, Alfes. da Cava. Auxiliar, mor. no termo della, lugar chamado o Forte de Iborocava, q. elle supe. já representou a V. Mage. em outro requerimento, que o Capm. Baltazar Roiz Borba pertendeo aforar huns campos q. pertencem a Aldea de Carapicuiba, entre Iborocava, e Tijuco preto, tendo o do. Capm. á mais annos, já valado outros campos, tão bem pertencentes a da. Aldea de que se tem imfronado sem pagar foro, e sem mais titulo alg~um do q. o dispotismo e má consciência de que he assistido (...)

(...) Pelos direitos q. delles se pagão, sendo estes respto. a fazda de V. Mage. q. mais prejudicada, sobre o que fica exposto por quanto as criações dos particulares, que tão bem se utilizão, em alguma pte. das mesmas pastagens, não He nada em comparação das tropas que nestes parão em atenção de huma, e outra cauza. Pa. V. Magede. se digne mandar q. o sudo. Capm exhiba sem perda de tpo. os títulos que tem pa. se metter de posse do prédio de V. Mge. e que p. forma alguma nunca lhe pertenceo...⁷

Destarte, quando da independência desta produção em relação aos próprios aldeamentos, isto no final do XVII e início do XVIII, a própria necessidade dos aldeamentos só se fazia em sua negatividade. Isto explica, inclusive, a ocupação das terras dos aldeamentos pelos sitiantes posseiros do século XVIII. Enfim, negativamente, os aldeamentos em sua racionalidade urbana punham-se como efetividade produtivamente agrária. Era nesta forma que a centralidade do trabalho - negado enquanto formação, porque significou a eliminação física de sua própria condição, substituído pela escravidão negra, externamente,

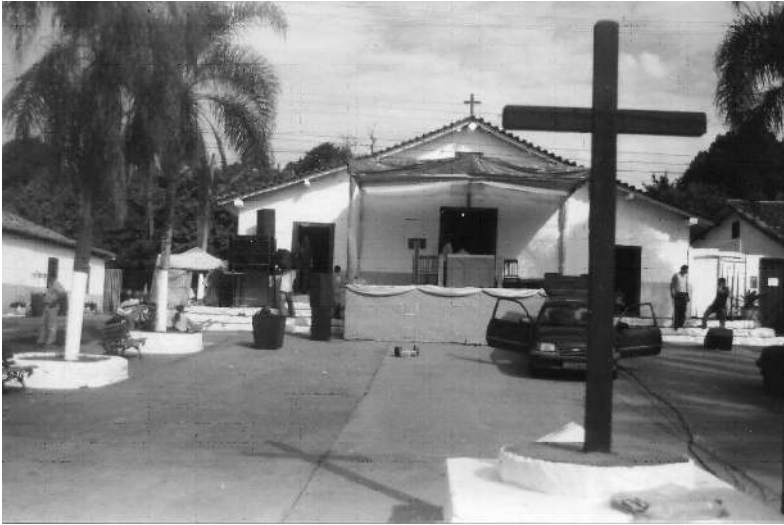
⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo, Código de Ordem 228, caixa 02, 1798-99 (apud ALFREDO, 2004, p. 150-151).

portanto - punha a própria cidade, ou se se preferir, o núcleo urbano como a periferia da realidade colonial de então. Assim, não se trata de observar este ou aquele elemento concreto de uma dada realidade se estabelecendo como centralidade, mas a mesma se fazendo determinada por um elemento fundamental da modernização cuja mobilidade qualitativa, isto é, em constante transformação, se põe como o elemento determinante, ou seja, o trabalho em sua particularidade, no caso, periférica. É de se pensar, no entanto, que a cidade em sua forma de centralidade da reprodução social capitalista periférica brasileira se fez na medida em que o trabalho produtor de mais-valia, em sua versão industrial de fato, coloca-se nela como a nova forma de ser desta centralidade. Uma vez mais, particularizado pela sua condição periférica que estabelece a necessidade de aproximações não menos particulares.



Vista aérea do Aldeamento de Carapicuíba, fundado em 1580 e localizado no Planalto Paulista, hoje município de Carapicuíba, na região metropolitana de São Paulo. Observa-se não só a sua forma quadrangular como ruptura da unidade indígena, mas a presença central da igreja a sacralizar o trabalho, identidade da condição humana do gentio no período colonial.

Foto: 1993-1996. *Desenvolvimento/Industrialização: Comunidade Organizada.*



Igreja do Aldeamento de Carapicuíba, sediando a festa de Nossa Senhora Aparecida. Em primeiro plano a cruz, elemento da sacralização do trabalho a se efetivar por uma inicial, mas importante divisão social do trabalho na realidade colonial. Foto: Anselmo Alfredo, 2008.



Abrigo onde o gentio aprendia as mais diversas profissões, a evidenciar uma divisão social do trabalho interna aos

aldeamentos e necessária a uma lógica comercial. A divisão entre o pensar e o fazer, ou entre o material e o espiritual fundamenta uma racionalidade urbana cujo sentido é a efetividade de uma realidade agrária. Contradição posta como condição dos aldeamentos como centralidade da realidade colonial de então. A vila era a periferia, o campo, o centro, pois ali estava o trabalho como categoria em busca de formação, o que regia a sociabilidade posta.

Foto: Ana Cristina Mota Silva, 2008.



Observam-se aqui as dimensões quadrangulares dos aldeamentos a estabelecer uma ruptura à realidade comunal constituída espacialmente em círculos. Além de arregimentar a mão de obra, os aldeamentos efetivaram uma real destribalização das terras do planalto, um pressuposto para a sua determinação agrária, enquanto racionalidade urbana.

Foto: Anselmo Alfredo, 2008.

VILA INDUSTRIAL DE MARIA ZÉLIA: SEGUNDO MOMENTO

Esta vila se estabelece como uma síntese da forma de industrialização da realidade de São Paulo, nos inícios do século XX⁸. Isto implica dizer que as décadas iniciais do século remontam a uma centralidade urbana, talvez⁹, do trabalho que põe, sob inúmeros aspectos, uma sociabilidade determinada pela valorização do valor, mas que encontra, uma vez mais, especificidades. A constituição de fábricas que necessitam incorporar a própria vila operária como momento de sua unidade expressa, neste momento, a não constituição automática de sua categoria fundamental no interior da sociedade brasileira.

A vila operária quando referente à gestão e mesmo formação do trabalho pelo e para o capital, no caso brasileiro, não é fenômeno específico de São Paulo, mas se estende por diferentes Estados do Brasil e corresponde a uma incorporação reduzida de aspectos urbano-industriais que não se efetivam na urbanização posta neste momento da modernização brasileira, daí a necessidade das mesmas. O que se pode derivar da seguinte anotação, no que diz respeito à diferença entre *vila operária* e *conjunto habitacional*:

⁸ “A *Fábrica Sant’Anna*, (de juta), de Antônio Álvares Penteado, foi instalada em 1889, nas proximidades da estação do Brás, da São Paulo Railway, na antiga chácara Menezes. Jacob penteado refere-se a um pouso de tropeiros nas imediações da Rua Catumbi, no Belenzinho, em terras do coronel Fortunato Goulart. Esse pouso teria existido até a venda, em 1910, dessas terras à Cia Nacional de Tecidos de Juta, da qual era acionista Jorge Street, que aí construiu a Fábrica e a Vila Maria Zélia” (ANDRADE, 2004, p.177).

⁹ Isto porque a produção agrícola ainda é determinante inclusive das formas industriais da realidade paulista e paulistana. Trata-se de uma indústria profundamente determinada pela realidade agrário exportadora, de modo que a mesma faz parte daquilo que alguns autores chamam de *complexo cafeeiro*. Ou seja, a indústria estava posta para dinamizar uma produção agrária, seja na capital, seja nas pequenas oficinas do interior. Para uma exposição mais analítica sobre a ideia de *complexo cafeeiro* indica-se a leitura de SILVA (1978) e BIELGUEMAN (2005).

O termo “conjunto habitacional” sugere uma alteração de escala, de forma e de inserção na cidade. Sob o último aspecto, pressupõe uma área de uso residencial socialmente homogênea, inserida num espaço urbano penetrado por uma divisão funcional. Enquanto o termo “vila operária” tem uma conotação social, moral e sanitária, o termo “conjunto habitacional” vai mais além, incorporando a esses três atributos a noção de um uso exclusivamente residencial (habitação e comércio e serviços locais), numa leitura da cidade presidida por critérios funcionais. (CORREIA, 2001, p.87)

Ou seja, a vila operária se insere numa realidade urbana específica onde a divisão social do trabalho não põe a cidade como o momento da reprodução social que efetiva a *força de trabalho* para o capital, necessitando a mesma estar sob a administração fabril nas vilas operárias. Assim, a divisão social do trabalho, em sua forma industrial, ainda não se efetivou como conteúdo posto desta cidade, porque se fez também nas casernas fabris.

É sob uma forma específica de arregimentação do trabalhador que se torna possível, localmente e de acordo com cada capital em particular¹⁰, portanto, constituir, como uma espécie de investimento de seu processo fabril, a produção de sua categoria fundamental, ainda que isto pudesse resultar em uma maior extração de mais-valia. A vila *Maria Zélia*, portanto, nesta ausência de automatização da formação categorial do trabalho no processo de valorização do valor, como algo próprio da sociedade brasileira de então, deveria, embora inserida numa realidade urbana, se efetivar quase como uma cidade dentro da

¹⁰ Isto não implica dizer que não houvesse bairros operários. A questão é que a necessidade da presença de tais vilas juntamente com áreas de cortiços onde moravam os operários evidencia certa indeterminação do urbano na efetividade de uma divisão social do trabalho que levasse como totalidade a formação deste trabalho a disposição do capital.

cidade o que, em outras palavras, revelaria uma acumulação definitivamente particular na relação entre capital industrial e trabalho deste período da modernização brasileira.

A *Vila Maria Zélia* se fazia como um conjunto não só de casas para os trabalhadores da fábrica de tecidos, mas ali estava a farmácia, a barbearia, o armazém com os mais diversos produtos, o salão de festas, o açougue. Estavam também as escolas para meninos e meninas, filhos dos operários, além de um alojamento para moças e moços solteiros. Como centralidade da vila, a igreja, uma vez mais, a sacralizar o trabalho em sua específica relação com o capital. Na medida, no entanto, que cabe a capitais particulares reporem o seu próprio capital variável, de modo que não se estabelece um mercado de trabalho à disposição do capital, torna-se oportuno revelar uma industrialização que não se efetivou em todos os seus momentos. Definida por uma realidade agrária se fez como forma de dinamizar esta, o que implicou, segundo o argumento que buscamos considerar, em uma não revolução industrial no interior da sociedade brasileira¹¹ que teria dado conteúdos industriais, mas também antagônicos a este à cidade.

Observa-se, portanto, uma industrialização que não exatamente põe na cidade a centralidade do trabalho neste momento, mas cujo sentido é estabelecer esta centralidade. Vale ressaltar que se tratou de fábrica de tecidos para a produção de sacarias destinadas para o setor agroexportador, o café. O que remete a uma profunda determinação da produção agrícola na efetividade desta mesma indústria. Não obstante isso destaque-se a característica estritamente particular da constituição de seu capital constante, desde as máquinas propriamente até o material destinado à construção

¹¹ Mesmo a partir de 1930, a indústria de São Paulo não se desvincula de uma necessidade de se fazer como um momento da intensificação da produção agrária, o que trouxe, inclusive, especificidades na divisão entre campo e cidade do Estado de São Paulo.

dos principais prédios da vila, incluindo madeiramento e móveis internos¹², todos importados¹³. Isto significa dizer que a sociedade brasileira, embora passando por um momento industrial, não havia estabelecido uma divisão social do trabalho de modo a constituir aquilo que Marx compreendeu como sendo o *capital social*¹⁴.

O trabalho, portanto, como categoria fundamental desta sociedade produtora de valor não fazia a cidade, se assim se queira, exatamente o *locus* do trabalho, mas que cada fábrica deveria pôr em si mesma a centralidade da reprodução ampliada de seus próprios pressupostos. Isto não como uma característica da *Vila Maria Zélia*, todavia como especificidade da industrialização deste período. Oliveira (1982) destaca o fato de que a industrialização brasileira teve de se fazer estritamente urbana, pois a condição autárquica da agricultura não se permitiu constituir como um momento da própria industrialização. Nesse sentido, a produção industrial, no seu exemplo, as indústrias Matarazzo, teria de incorporar em seu próprio interior elementos da divisão social do trabalho que deveriam se estabelecer como

¹² É o caso do mobiliário e madeiramento da farmácia, com movelarias - incluindo suas prateleiras para exposição dos remédios - importada da França. Destaque-se também, neste caso da farmácia e outros sobrados de utilização coletiva, a presença de vigas de ferro e estruturas metálicas importadas da Europa, como também a cobertura advinda do Leste Europeu. Ressalte-se ainda a presença europeia na morfologia espacial quando da construção das casas que compõem a *Vila*. Muitas ainda resguardam padrões arquiteturais italianos, portugueses, dentre outros, a testemunhar a presença dessas nacionalidades como força de trabalho junto à indústria.

¹³ Segundo trabalho de campo e informação de seu Dedé (Edélcio Pereira Pinto) responsável pelos atuais cuidados na preservação da Vila Maria Zélia.

¹⁴ Para Marx (livro III, tomo IV) o capital social implica não somente na constituição dos dois departamentos da economia (produtor de máquinas (I) e produtor de bens de consumo (II)), como, a partir disto, no entrelaçamento dos diversos ramos produtivos, a efetivar o capital global.

forma da sociedade como um todo¹⁵, cujo encarecimento da produção teria levado a uma baixa capacidade de reprodução ampliada da própria indústria de então.

Estas indústrias, portanto, como se disse, sintetizam a forma específica do processo de centralização do trabalho na cidade e da própria especificidade da indústria brasileira até pelo menos os anos 50. Não só vinculadas a uma realidade agrária, mas quando destinadas a um mercado propriamente urbano, arcaram internamente com os custos de uma sociedade que não tinha de fato estabelecido uma revolução industrial. Assim, os níveis de acumulação desta indústria estavam restringidos pela necessidade de se estabelecer como seus próprios custos uma divisão social do trabalho que não era própria da sociedade brasileira como um todo. Uma sociedade de trocas dependia, internamente, de produzir o produtor rural como pressuposto da produção industrial. Sob muitos aspectos, portanto, a indústria esteve vinculada a um aprofundamento da capacidade produtiva do campo, forma de manter o nível de importação de produtos industrializados europeus do que a um revolucionamento que fizesse do campo um pressuposto da efetividade do trabalho na indústria. Em outras palavras, a intensificação da produtividade agrária era uma espécie de resultado da forma industrial de São Paulo. A *Vila Maria Zélia*, dentre outras indústrias, se põe, assim, como um desses testemunhos da especificidade da centralidade urbana do trabalho em seu molde propriamente industrial.

¹⁵ “Hoje a situação é muito diferente. Ninguém vai encontrar numa indústria do grupo Matarazzo, por exemplo, um setor produtor de bens de capital. Contudo, até vinte anos atrás, se visitássemos essa fábrica da Matarazzo, que está aí perto da Av. Marginal em São Paulo, encontraríamos, dentro dela, uma complexa divisão social de trabalho que aparentemente não tinha nada a ver com o produto final que a Indústria Matarazzo produzia. Ela possuía um setor produtor de bens de capital no seu interior, um setor propriamente produtivo do bem final para o qual estava destinada, e trazia contido dentro de si também todos os departamentos de circulação de mercadorias, até departamentos especializados na própria distribuição.” (OLIVEIRA, 1982, p. 43).



Vila operária Maria Zélia. Prédio que abrigava farmácia, armazém e moradia para moços e moças solteiras. A vila operária se constituía de forma quase autárquica a evidenciar a não efetividade de um mercado de trabalho para a indústria como um todo. Aspectos de uma modernização periférica.

Foto: Anselmo Alfredo, 2008.



Aspecto da vila operária Maria Zélia. Rua com casas operárias, algumas reformadas segundo padrões atuais. Em segundo plano,

na esquina à direita, o açougue. Uma “cidade” dentro da cidade a evidenciar uma urbanização que não efetivou de modo automático a reprodução da classe trabalhadora à disposição do capital.

Foto: Anselmo Alfredo, 2008.

A impossibilidade, portanto, de uma generalização propriamente urbana de um trabalho produtor de valor, revela não somente a dificuldade de se pensar aquilo que se estabelece como uma revolução industrial nacional, propriamente, mas derivado disto, há uma problematização a se estabelecer sobre a análise da formação categorial de uma modernização retardatária, segundo expressão de Robert Kurz (2004). Se o próprio trabalho produtor de valor em seu modelo industrial e agrícola foi, sobremaneira, formas de transferência de riqueza (através das trocas desiguais) a dificuldade de sua reprodução ampliada internamente pode se apresentar como uma forma categorial negativa. Mesmo na industrialização dos anos 50, observa-se o processo de acumulação estabelecido a partir das crises da economia agrário exportadora do café a revelar, através de investimentos internacionais especialmente privados, que tal acumulação não se estabeleceu como capaz de adequar os seus níveis de produtividade e remuneração de modo equalizado com a reprodução mundial do capital.

Os anos 50 só poderiam assim se constituir como uma forma de expansão de investimentos internacionais na modernização retardatária do que um momento de expansão interna de uma indústria que não tinha estabelecido a possibilidade de reposição de sua categoria fundamental, o próprio trabalho. Desta maneira, tal expansão internacional do capital, oriunda do pós-Segunda Guerra Mundial, cuja expressão mais acentuada se fazia pela economia norte-americana, somente na sua versão de desenvolvimentismo poderia aparecer aqui como desenvolvimento nacional. À constituição externa de um setor produtor de bens de produtos duráveis destinados às camadas de maior poder

aquisitivo no Brasil se observa como uma incapacidade de o crescimento industrial econômico da primeira metade do século XX - a industrialização na ascensão e crise da economia cafeeira - pôr a sua própria reprodução ampliada. A presença do capital estrangeiro, no que seria um revolucionamento interno, mostra a especificidade de uma centralidade do trabalho que se fez como sentido, mas não o pôs como efetividade movente da acumulação propriamente urbana.

A urbanização que desta realidade decorre se faz como expressão da forma pela qual o próprio trabalho se põe, negativamente, na realidade econômica e social brasileira. Os níveis de desenvolvimento das forças produtivas internacionais, com intenso desenvolvimento estabelecem o processo de incorporação do trabalho na produção industrial propriamente como dispensa relativa de trabalho (PEREIRA, 1967). Trata-se de um desenvolvimento da negatividade do trabalho antes mesmo de sua formação ascendente como forma de acumulação interna. Não sem motivos, isto teria levado a estabelecer, nos termos de Oliveira (2003), uma urbanização cujos serviços teriam se realizado por prestações pessoais e não empresariais, isto é, não através de empresas prestadoras de serviços como o caso americano, por exemplo. Deste modo, a questão que colocamos, diferentemente do autor, não é exatamente o barateamento da produção através desta forma de prestação de serviços que teria levado às teses biologizantes da urbanização brasileira baseadas no rótulo de “inchaço do setor terciário”. Antes, tratou-se de uma sociedade que se formou, especialmente a partir de uma industrialização via capitais externos, nos anos 50, onde o trabalho não se efetivou a não ser em sua negatividade e somente como crise pôde se expressar. Se houve um barateamento do processo de produção mesmo por estes serviços pessoais, isto se deu como resultado de sua crise determinante e não como condição do processo produtivo periférico propriamente. Deste ponto de vista, se a periferia urbana se fez nos anos 70 como o

local daqueles que buscavam se inserir ou se inseriam no mundo do trabalho, fazendo da cidade uma dicotomia centro periférica determinada pela lógica da produção industrial, ainda que sob esta forma particular que a categoria trabalho expressa, o último quartel é um momento de passagem qualitativamente distinto da relação entre centro e periferia metropolitana. Trata-se de um aprofundamento de uma realidade onde a crise do trabalho não mais permite se obscurecer por um crescimento absoluto de postos de trabalho. Antes de mais nada, observa-se um acentuado crescimento dos serviços em relação ao setor propriamente industrial. Não se trata mais, tão somente, de identificar São Paulo pela sua atividade industrial¹⁶. Antes, bancos e sedes organizativas de empresas nacionais e multinacionais concentram o novo sentido da atividade lucrativa da metrópole, enquanto que a centralidade da periferia como o local da classe trabalhadora não mais a identifica enquanto tal. Trata-se, ao contrário, do local daqueles que se integram negativamente ao mundo do trabalho. Neste sentido, como definir, pelo trabalho o sentido que a relação entre centro e periferia estabelece na realidade brasileira? Como pensar esta relação num momento em que a crise do trabalho (KURZ, 1993) se põe em sua forma determinante dos fenômenos próprios da modernização?

DESIDENTIDADE CENTRO PERIFERIA E SIMULTANEIDADE ESPACIAL. JARDIM DAMASCENO: TERCEIRO MOMENTO

A crise do trabalho não se confunde com a impossibilidade de atuação no mercado de trabalho, embora se expresse de alguma maneira com a redução dos postos de emprego. Isto quer

¹⁶ As mudanças do setor produtivo industrial para a de serviços e financeiro na mobilização de uma produção espacial como momento de realização da reprodução social crítica na metrópole pode ser vislumbrada em Ana Fani Alessandri Carlos (2004 e 2008).

dizer que a presença de indivíduos em alguma forma de trabalho remunerado não implica necessariamente na manutenção de uma sociedade assentada sob a forma valor que se reproduz através de seu fundamento. Trata-se da distinção de Marx (s.d.) entre trabalho produtivo e improdutivo. Ao que pese a complementaridade entre ambos, é de se notar que a distinção se faz entre aquele que é produtor de mais-valia (produtivo) e aquele que complementa o processo de realização da mais-valia (improdutivo), daí o assento deste último especialmente na esfera de serviços. Portanto, a relação se efetiva entre produtivo e improdutivo na medida em que a produção de mais-valia não se faz sem a constituição de serviços que a tornem realizável ou que sejam intermediários para a sua produção.

Ainda é necessário mencionar que o desenvolvimento das forças produtivas, com sua conseqüente *queda tendencial da taxa de lucro* leva a uma sobredeterminação do trabalho improdutivo sobre o produtivo. A redução da remuneração do setor produtivo, devido aos altos investimentos necessários, leva a uma crescente socialização, nos termos de Mandel (1982), da produção através do desenvolvimento do setor de serviços. Como diz o autor:

Em última instância, todas essas tendências correspondem à característica básica do capitalismo tardio: o fenômeno da *supercapitalização*, ou capitais excedentes não investidos, acionados pela queda secular da taxa de lucros e acelerando a transição para o capitalismo monopolista. Enquanto o “capital” era relativamente escasso, concentrava-se normalmente na produção direta de mais-valia nos domínios tradicionais da produção de mercadorias. Mas se o capital gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas

não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia, onde tomarão o lugar do trabalho privado e da pequena empresa de maneira tão inexorável quanto na produção industrial de 100 ou 200 anos antes. (MANDEL, 1982, p.272).

Ou seja, na radicalização deste argumento, trata-se não mais de considerar a produção de mais-valia como um elemento identificador daquilo que se constitui como capital produtivo. Na intensificação da capacidade produtiva (que coincide com sua crise) trata-se de uma liberação da figura monetária do capital que leva a indeterminação da mais-valia produzida como forma de reprodução social sob o valor e o capital. No entanto, não basta estabelecer a produção de mais-valia para a efetividade do que se considera como capital produtivo. Esta produção de mais-valia tem de ser num montante (impossível de ser atingido, dado o desenvolvimento das forças produtivas e sua forma de concentração de capital) que compense os níveis de investimentos necessários para que a própria relação capital trabalho se reponha. Portanto, dada a conseqüente *queda tendencial da taxa de lucro*, há uma autonomia do dinheiro em relação ao processo produtivo, isto porque o próprio dinheiro em sua forma creditícia é o modo pelo qual move o processo de produção (sem valorização) dada a extensão da mais-valia relativa que, contraditoriamente, implica numa redução da massa de mais-valia produzida, pois resulta em dispensa de trabalho substituído pela revolução micro-eletrônica. O capital, desse modo, em sua forma monetária e de crédito não é tão somente um elemento que dinamiza a valorização do valor graças à capacidade que o mesmo tem de pôr o processo real de produção de mais-valia, mas é, em um sentido determinante, a expectativa de uma valorização que, impulsionada pelo dinheiro a juros, aprofunda a contradição entre a sua representação monetária e sua capacidade de valorização nos níveis de sua representação. Configura-se,

assim, uma autonomia do dinheiro, agora em nível mundial, dada a internacionalização da economia, que se desprende do processo produtivo e adquire uma racionalidade de per si. É o que Robert Kurz denomina de a *ascensão do dinheiro aos céus*:

A “condição de possibilidade” de o dinheiro se desligar da sua real substância de trabalho é tanto mais forte, quanto maior se torna na reprodução geral a parte que se refere ao capital que rende juros. Quanto a isso, pode de fato constatar-se, a longo prazo, um desequilíbrio a favor do crédito. A extensão gradual da racionalidade empresarial a toda produção, a sua cientificização e o conseqüente aumento, em escala secular, da intensidade do capital (ou seja, custos prévios sempre mais altos para uma produção competitiva de mercadorias), além da extensão concomitante do capital acionista anônimo, exigem massas sempre maiores de dinheiro creditício, para poder manter em curso a produção capitalista. (KURZ, 2002, p.4).

Se tal fenômeno se põe como crise em sociedades que passaram por um processo interno de valorização do valor, considere-se isto do ponto de vista das sociedades periféricas onde isto não se estabeleceu. Ou seja, a generalização de uma sociabilidade determinada pelas formas financeiras de capitalização, de crescimento da riqueza monetária, se fez sem passar por um processo de valorização interna¹⁷, isto é, independente de capitais internacionais expandidos pela crise -

¹⁷ A ausência de um Estado de Bem Estar no caso brasileiro é evidência contundente de uma determinante crise de acumulação interna que se expressa dos anos 70 aos 90. Não se trata de defender tal Estado de Bem Estar como uma benesse do capitalismo que a periferia brasileira não teve, mas de evidenciar os elementos que expressam a particularidade de uma reprodução crítica.

não se trata de $D - M - D'$, mas de $D - D'$, como assinalava Marx a respeito do capital portador de juros - o que deu características particulares também na crise do trabalho integrada no capitalismo periférico. Trata-se da inserção do consumidor sem a passagem por uma condição de trabalhador¹⁸ de modo a aplastar a própria diferença, no consumo, entre trabalho e capital.

A generalização do não trabalho, ou se se preferir, do trabalho improdutivo se fez como esta simultaneidade na medida em que o mesmo se faz, contraditoriamente, como a forma de valorização, dada a ausência do produtivo na modernização periférica brasileira.

O momento da visita de campo, portanto, no *Jardim Damasceno*, no extremo norte do município de São Paulo, se faz em um lugar de importante generalização de condições específicas de reprodução na metrópole determinada pelas escassas condições financeiras familiares no mundo da mercadoria.

A aproximação do grupo em pesquisa no extremo norte da cidade, através da avenida Cantídio Sampaio, em áreas de ocupação já estabelecida e em processo de ocupação, evidencia determinações da propriedade da terra através da produção espacial consolidada numa morfologia por autoconstruções aglomeradas a ocupar - pelo alto - parte da própria avenida, além de residuais espaços que sobram para a calçada. A sequência

¹⁸ Isto não se faz como uma característica específica da periferia metropolitana, mas da sociedade brasileira como um todo. Em estudo sobre a crise do trabalho do lavrador em áreas entre o sertão e a zona litorânea, há a passagem direta deste para a condição de consumidor, promovida pelo próprio Estado através das pequenas, mas contundentes formas de financiamento como aposentadorias (vinculadas a créditos parcelados), bolsas escola e família, além de projetos de modernização como o Projeto São José (água e luz). Portanto, a impossibilidade de se continuar a pequena produção agrária, por diversos motivos, na crise do trabalho, não permite a passagem deste à condição de trabalhador, mas a de consumidor. A circulação simples destes lavradores, portanto, na medida em que permite uma inserção específica no mundo do consumo urbano industrial se realiza como fetiche de uma reprodução ampliada e crítica do capital urbano industrial. Esta análise pode ser observada em Ana Cristina Mota Silva (2008 a e b).

de muitos estabelecimentos comerciais de porta de casa, a estenderem-se pelas pequenas e estreitas calçadas, com a constante presença destes moradores em grande quantidade pelas ruas e dentro das casas, dá a esta parte da cidade um aspecto particular, característica, aliás, do que se convencionou chamar de periferia de São Paulo. As moradias de autoconstrução, todavia, revelam a sobreposição de um segundo e terceiro pavimentos, que expõem, ao mesmo tempo, a reprodução social de uma descendência que tem no lote pavimentado e construído os sentidos da sua condição social à medida em que se impõe, com frequência, a reunião no mesmo do morar/trabalhar como síntese de uma apropriação particular do solo urbano à simultaneidade da autoconstrução. Novas ocupações e áreas de preservação, divisão do lote a partir dos novos pavimentos construídos e em construção evidenciam o movimento da metrópole na luta pela reprodução social, caminhos para se pensar a produção espacial e do urbano como momento da modernização.

São pessoas tanto ocupadas com pequenos serviços autônomos, como pedreiros, mecânicos, botecos, aposentados, como aqueles que vivem sem ocupação remunerada ao redor da renda que a família consegue integrar. Não obstante isto, trata-se de uma parcela expressiva da sociedade paulistana que, apesar e por causa dos baixos rendimentos familiares, consegue boa parte de sua inserção no mundo do consumo através da expansão de formas distintas de créditos pessoais¹⁹.

Caracteriza-se, portanto, a forma talvez mais expressiva de uma sociedade que, na crise categorial do trabalho, põe a

¹⁹ Em sua pesquisa de mestrado, em andamento, Rinaldo Gomes Pinho estabelece estas formas de comprometimento da renda familiar dos moradores, da considerada periferia de São Paulo, com o crédito como um de seus principais objetos de análise. A impossibilidade, por exemplo, desta camada da sociedade do município de São Paulo não conseguir acesso aos programas de moradia popular é uma forma indireta de observar os níveis de comprometimento da renda com o consumo baseado em crédito pessoal.

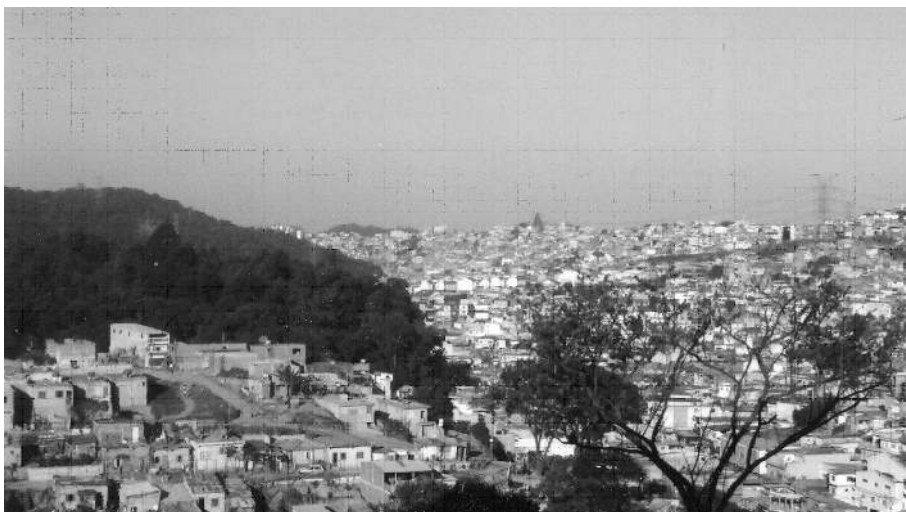
produção da mais-valia como elemento secundário da reprodução de uma sociabilidade determinada pela forma valor. Trata-se, antes, de formas de expansão de crédito que, na crise posterior àquilo que Marx observava no livro III de O Capital, não se faz como um capital portador de juros a partir do *capitalista funcionante*. Fala-se, agora, de crédito pessoal, para o consumo, apesar e por causa da crise do trabalho²⁰. Deste modo, a reprodução desta população posta nos pequenos serviços é resultado da crise de acumulação que, no entanto, não se estabelece como pressuposto da acumulação, mas tão somente resultado da crise da reprodução baseada no trabalho produtor de valor. Ressalte-se, de uma reprodução onde o consumo se estabelece como a reprodução que, contraditória e criticamente, se põe como a forma de reprodução ampliada, não do capital, contudo, da crise da reprodução capitalista.

Lefebvre (1991) já salientava sobre a generalização do consumo como forma não só de incorporação de todos os momentos da sociedade na reprodução - por causa da impossibilidade crítica de a mera produção de mais-valia se pôr como o termo da reprodução capitalista -, mas também condição, na crise, de uma diluição das tensões sociais própria do mundo do trabalho, onde as diferenças, inclusive de consciência, passam a se estabelecer como equivalência mediada pelo acesso ao consumo. Se há assim uma dificuldade de se estabelecer na periferia brasileira do capitalismo esta consciência - pela particularidade como se deu a constituição do trabalho em sua modernização, como expressamos mais acima -, a generalização do consumo, portanto, expressa de modo contundente uma redefinição qualitativa da relação centro periférica na metrópole. A perspectiva sobre a centralidade móvel de uma modernização em sua especificidade brasileira, como expressamos em nossos dois momentos anteriores,

²⁰ Para Robert Kurz são *sujeitos monetarizados sem dinheiro*.

baseia-se nas transformações qualitativas do trabalho produtor de valor. Em verdade, põe-se a questão da possibilidade de esta relação centro periferia se estabelecer em sua dimensão também crítica, já que seu fundamento - o trabalho - se faz como tal, isto é, como crise. Se a “periferia” é o local de máxima expressão da crise geral do trabalho na sociedade capitalista atual, como pensar a partir disso uma centralidade específica determinada pelo trabalho?

Observa-se, então, uma generalização centro/periferia que deteriora a tensão dos termos em relação e, portanto, não pode ser pensada mais segundo estes pressupostos, na medida em que estão em relação recíproca. Se a periferia se põe como o lócus, nos anos 50 a 80, do trabalho, a crise deste não seria uma crise da categoria espacial por ele fundamentada? A própria noção de *policentralidades*, como nova forma da centralidade urbana na modernização hodierna não seria muito mais uma crise da centralidade do que seu fortalecimento? Analisa-se, em verdade, que a crise do trabalho como centralidade da sociedade moderna se faz como crise da própria modernização, porque é a perda de sua medida e/ou de seu fundamento se se quiser. Se o Brasil se fez como negatividade deste fundamento, a questão de método se coloca a partir daí como o problema de análise de sociedades como esta. Na generalização de centros e periferias (*policentralidades*), na verdade, evidencia-se a condição prescindível de todos, na medida em que não se fazem mais fundamentando a reprodução crítica global da modernização, o que permite observar a *representação espacial* (LEFEBVRE, 2000) de centralidades e periferias mais do que a efetividade das mesmas. Embora haja uma “centralidade” de condomínios na periferia, a ausência deles não é impeditiva de uma reprodução crítica. O mesmo para shopping centers, praças de consumo, revitalizações urbanas etc. Tais *policentralidades*, ao contrário, revelam muito mais a crise da relação centro periferia do que, necessariamente, o oposto.



Extremo norte do município de São Paulo. Observa-se, à direita e ao fundo, ocupação de autoconstruções já consolidada. Em primeiro plano e à esquerda, ocupação recente, ambas sobre a serra da Cantareira.

Foto: Anselmo Alfredo, 2008.

Neste aspecto, uma vez mais, estabelece-se a simultaneidade espacial da crise como categoria analítica e fundamento contraditório da modernização periférica na qual a cidade de São Paulo se põe como uma das formas de expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui cabe considerar a importância das atividades de campo na geografia. Não só pela possibilidade de se conhecer, por parte dos participantes e proponentes, realidades que exigem uma apreensão analítica, como pelo aporte teórico que tais atividades permitem observar. Neste sentido, a pesquisa de campo estabelece um momento sintético entre a apreensão objetiva de realidades surpreendentes (pois o contato sempre é o encontro com o

desconhecido) e que, através da interlocução no âmbito da própria atividade, permite-se apreender o desvendar categorial não só da forma de ser dos fenômenos, objeto da investigação, como o caminho crítico possível de se pensá-los. Portanto, tal atividade é a contradição em ato das dimensões teóricas e objetivas daquilo que se põe como objeto de análise, sendo o próprio conhecimento estabelecido como alvo da crítica, na medida em que a realidade em visita pode mostrar os limites daquele.

Disto resulta a importância desta tradição no interior da Geografia que se faz, é verdade, diferenciada ao longo do tempo, desde a sua fundação no Brasil, mas que se restabelece como possibilidade atual. Se nos anos 40 e 50 a Geografia Brasileira tinha por pressuposto destas atividades de campo uma forma de conformar um ideário nacional, naquilo que não se estabelecia como tal, hoje, esta tradição se reveste da necessidade crítica tanto em relação à realidade posta como às formas pelas quais esta é compreendida teoricamente, realizando-se assim, o *campo*, a sua mais oportuna determinação, isto é, o reconhecimento da insuficiência constante do empírico e do teórico como necessidade - esta insuficiência - do próprio conhecimento. A nossa ignorância diante da diversidade do Real - sempre expressiva no momento em que se realiza tal atividade - seja, talvez, o maior aprendizado que a mesma resguarde como justificativa de sua importância.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, Anselmo. **Índio, Questão de Majestade. A problemática indígena e a contradição agrária urbana na ocupação produtiva do Planalto Paulista no Século XVIII.** (Doutorado). DG-FFLCH-USP, 2004.

ALFREDO, Anselmo. **Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço.** Mimeo. 2007.

ANDRADE, Maria Margarida. "Industrialização, urbanização e vida

de bairro na São Paulo Além-Tamanduateí.” In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo. Representações e Crise da MetrÓpole**. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2004, (p. 171-192).

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro. Aspectos Políticos**. São Paulo. Edusp, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Dynamique Urbaine et Métropolisation, le Cas de São Paulo.” **Confins**. n. 2, 1º semestre de 2008, (p. 1-20). <http://confins.revues.org/document1502.html>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “São Paulo: do Capital Industrial ao Capital Financeiro.” In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo. A MetrÓpole do Séclo XXI**. Vol. 2. São Paulo: Contexto, 2004, (p. 51-84).

CORREIA, Telma de Barros. “De Vila Operária a Cidade Companhia: As Aglomerações Criadas por Empresas no Vocabulário Especializado e Vernacular.” In: **Revista de Estudos Brasileiros e Regionais**. A3, n. 4. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: Norma Lacerda, 2001, (p. 83-98)

DAMIANI, Amélia Luisa. “Urbanização Crítica e Situação Geográfica a partir da MetrÓpole de São Paulo”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo. Representações e Crise da MetrÓpole**. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2004, (p. 19-58).

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus**. In: <http://planeta.clix.pt/obeco/>. Maio de 2002, 38 p.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Moderna no Mundo Cotidiano**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l’Espace**. Paris: Anthropos, 2000.

- MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do Processo Imediato de Produção**. São Paulo: Moraes, s.d.
- OLIVEIRA, Francisco de. “O Estado e o Urbano no Brasil”. In: **Espaço e Debates**. n. 06, junho/setembro, 1982, (p. 36-54).
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PEREIRA, José Carlos. **Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Edusp, 1967.
- PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Indígenas**. São Paulo: Edusp, 1995.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e Fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão**. (Livre Docência). DG-FFLCH-USP, 2003.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “São Paulo: A Cidade, os Bairros e a Periferia”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). **Geografias de São Paulo. Representações e Crise da Metrópole**. Vol. I. São Paulo: Contexto, 2004, (p. 271-314).
- SILVA, Ana Cristina Mota. **Circulação Simples, Reprodução Ampliada. Produção Espacial e Contradição Agrário-Urbana do Município de Itapipoca, Ceará**. Pós-Doutorado. DG-FFLCH-USP, 2008a.
- SILVA, Ana Cristina Mota. **Crise do Trabalho Familiar. Circulação Simples e Reprodução Crítica. Práticas Agrário-Espaciais em Cinco Comunidades em Estudo. Itapipoca-Ceará**. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. O Espaço não Para por uma AGB em Movimento**, 2008b.
- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil**. São Paulo: Alpha Ômega, 1978.